

APRESENTAÇÃO

A importância da realização de pesquisas sobre as sociedades indígenas é incontestável. Em termos acadêmicos, o conhecimento do “Outro” possibilita, como bem sabemos, o entendimento da alteridade, ao mesmo passo que nos leva a pensar sobre nós mesmos e nossas questões identitárias. Além disso, o conhecimento das formas de organização social de outras sociedades, regidas por lógicas dissonantes em relação ao padrão cultural euroamericano (do qual, em certa medida, fazemos parte), amplia nossos horizontes e nossas análises sobre estruturas sociais, aspectos históricos, modelos econômicos e políticos. No entanto, é necessário ressaltar outra dimensão, de ordem política, que a publicação do dossiê: “Estudos sobre as sociedades Jê (Kaingang e Xokleng) no Sul do Brasil”, organizado pelos professores Flávio Braune Wiik e Lúcio Tadeu Mota, tem.

Ao dar visibilidade para os estudos que estão sendo realizados, na atualidade, sobre as populações Jê meridionais, Mediações - pretende romper o silêncio que tem se estabelecido, na academia e fora dela, em relação aos ataques que vem sendo sistematicamente realizados não apenas às sociedades ameríndias, mas também às próprias políticas indigenistas no Brasil. Com o avanço do agronegócio e com uma retórica desenvolvimentista, a agressão às populações indígenas brasileiras tem sido constante, manchando tristemente a História recente do Brasil. É oportuna, portanto, a publicação deste dossiê, que conta com oito artigos escritos originalmente em língua portuguesa, sendo que um deles - “Territórios e territorialidades Kaingang: a reinvenção dos espaços e das formas de sobrevivência após a conquista”, escrito por Kimiye Tommasino e Ledson Kurtz de Almeida - também é publicado em língua inglesa. Temas caros à Antropologia, e às Ciências Sociais como um todo, como: territorialidades, reciprocidade, poder, xamanismo e trabalho são tratados nos artigos presentes nesse número.

Na seção de artigos livres, o artigo “Metrópole, tradição e mediação cultural: reflexões a partir da experiência dos grupos recriadores de Maracatu na cidade de São Paulo”, de Maria Celeste Mira, o observar a importância dos processos de mediação cultural para o crescente sucesso dos grupos de maracatu em São Paulo. A autora defende que o maracatu feito em terras paulistanas deve ser compreendido como fruto “de um fluxo cultural constante, cujos trânsitos se dão, em várias direções, entre o folclórico, o popular e o massivo”. Mais do que um resgate de uma “cultura tradicional”, os agenciamentos de diversos atores sociais influenciaram para que o maracatu, antes restrito ao Nordeste brasileiro (em especial Pernambuco), ganhasse novos territórios e práticas, sendo, nesse sentido, constantemente reinventado.

Também refletindo sobre o Brasil, embora sob uma perspectiva diferente, o artigo “O elo perdido em três movimentos: o (não-) lugar da sociedade civil em Tavares Bastos, Oliveira Viana e Raymundo Faoro”, Pedro Luiz Lima faz uma análise da obra destes três autores centrais do Pensamento Político Brasileiro, de forma a evidenciar que, mesmo com pontos de vistas distintos, estes três autores diagnosticaram “o caráter lacunar” da sociedade civil na própria constituição social e política do país.

O artigo de Juan Manoel Reynares, “Efectos hegemónicos: neoliberalismo y práctica partidária en el peronismo de Córdoba durante la década de 1990”, apresenta a tese de que a corrupção passa a ser considerada algo a ser denunciado sobretudo a partir dos anos 1990, por meio da imposição do discurso hegemônico do neoliberalismo. Tomando como caso de estudo a província de Córdoba, na Argentina, o autor argumenta que a corrupção começa a se constituir como um problema a ser combatido quando os governos nacionais passam a ser regidos a partir de uma lógica empresarial de mercado. Nesse sentido, a análise deste pesquisador argentino se contrapõe a outros trabalhos que concebem a corrupção, central na política argentina desde os anos 1990, como um fenômeno autônomo.

Luana Hordones Chaves, no artigo “Uma questão de legitimidade: os documentos de Direitos Humanos do mundo muçumano em perspectiva comparada”, aborda um tema bastante espinhoso para as Ciências Sociais. Vinculado, no senso comum, à aversão aos debates sobre secularização e promulgação de direitos humanos, o mundo muçumano geralmente é estigmatizado pela fusão entre as dimensões religiosas e políticas, principalmente no que diz respeito à xaria. No entanto, a autora nos mostra como essa questão é mais complexa, ao analisar os documentos sobre direitos humanos produzidos no mundo muçumano. Luana atribuiu maior importância, em sua análise, àqueles que foram produzidos em ambiente intergovernamental, de forma a enfatizar que há um interesse real dos países muçumanos em realizar essa discussão de maneira intercultural.

Por fim, a seção de resenhas conta com a contribuição de Rodrigo Manoel Dias da Silva (que faz uma leitura atenta e minuciosa do livro “Repensar a justiça social”, escrito por François Dubet) e de Joicy Suely Galvão da Costa Fernandes e Ozaias Antonio Batista (que se detém sobre o livro: “A antropologia diante dos problemas do mundo moderno”, que reúne três conferências ministradas pelo mestre Claude Lévi-Strauss).

Convidamos todos/as a uma boa leitura.

Comissão Editorial